

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2017



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Índice

1. Introdução	3
2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida	4
2.1. Receita	4
2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita	4
2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos).....	5
2.2. Despesa	7
2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total	7
2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica.....	8
2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos).....	8
2.3. Grandes Opções do Plano	10
2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa	10
2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	12
3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira	15
3.1. Análise do Balanço	15
3.1.1. Ativo	15
3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal	15
3.1.1.2. Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.....	15
3.1.2. Passivo.....	16
3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos	16
3.2. Demonstração de Resultados	16
3.2.1. Custos e Perdas	16
3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas	16
3.2.1.2. Provisões do Exercício	16
3.2.1.3. Custos e Perdas Extraordinárias	17
3.2.2. Proveitos e Ganhos	17
3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços	17
3.2.2.2. Impostos e Taxas	17
3.2.2.3. Proveitos e Ganhos Extraordinários	17
4. Análise Financeira - Rácios.....	18
4.1. Evolução da dívida do Município	18
4.2. Indicadores de Gestão	18
4.2.1. Indicadores de natureza orçamental	19
4.2.2. Indicadores de natureza financeira	20
5. Proposta de aplicação de resultados	23

Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	4
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica	6
Figura 3 – Grau de Execução	7
Figura 4 – Grau de Execução (Económica).....	8
Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica	9
Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.).....	10
Figura 7 – Montante Executado / Funções / Programa	11
Figura 8 – Grau de Execução Total Anual.....	14
Figura 9 – Capital em Dívida	18
Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga.....	19
Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)	20

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita	5
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva	5
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica	6
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital.....	7
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas.....	9
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	13
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental	19
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira	20



1. Introdução

Em cumprimento do consignado no n.º 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2017 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de forma objetiva uma síntese do que foi o ano de 2017, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano anterior.

Encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Em jeito de afloramento do que se demonstrará infra, salientar que o ano transato foi um ano particularmente atípico, do ponto de vista contabilístico, da entrada e saída de fluxos financeiros significativos, o que se prendeu, desde logo, com a abertura do novo quadro comunitário Portugal 2020 que obrigou a um esforço financeiro acrescido, sob pena, do incumprimento de prazos, que comprometeria a obtenção dos respetivos financiamentos e a libertação dos financiamentos bancários, oportunamente aprovados nos respetivos órgãos municipais, iniciando-se, assim, a execução física, nomeadamente das obras do Centro de Interpretação da Batalha de Castelo Rodrigo.

Também foi iniciada e/ou terminada a execução de outras obras, como seja o caso da requalificação da Rua 25 de abril, a Rua Dr. Artur Seixas, o Largo Mateus de Castro, a Rua Arantes de Oliveira, e requalificação de rotundas, e a conclusão da obra da Plataforma de Ciência Aberta, em Barca d' Alva, entre outras.

Também a componente social e as transferências de competências e respetivos recursos financeiros para as freguesias consubstanciaram uma significativa fatia do orçamento municipal e diversos programas de âmbito social como seja o caso Seguro de Saúde Dental que veio complementar o Seguro Municipal – Figueira Saudável.

De notar ainda, o cumprimento integral dos compromissos com o grupo Águas de Portugal na sequência do acordo de pagamentos assumido, que também representou um ónus para as finanças do ano transato.

Pelo exposto, consideramos que a gestão pública, aqui refletida foi de encontro ao que foi proposto e aprovado pelo plano e orçamento municipal para o ano que lhe diz respeito.

2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

2.1. Receita

2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município efetuou algumas alterações orçamentais ao longo do ano por forma de ajustar o orçamento em função das necessidades ocorridas na execução da despesa, tendo igualmente realizado alterações orçamentais na receita.

A execução orçamental da receita evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo registado um grau de execução na ordem dos 87% no final do ano.

A Figura 1 apresenta uma abordagem comparativa dos últimos 3 anos.

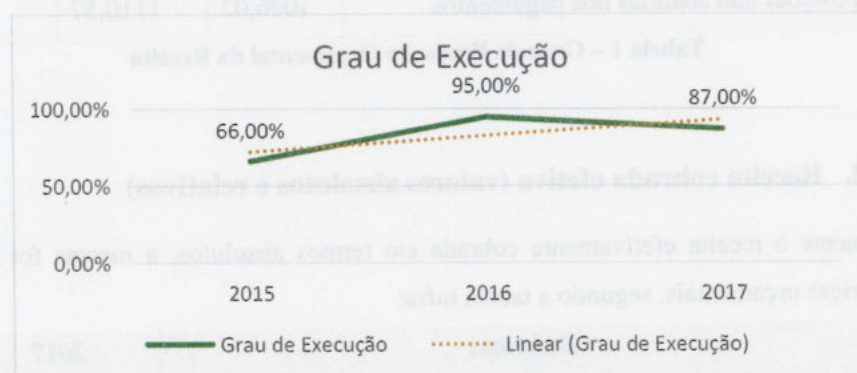


Figura 1 - Grau de Execução

De salientar uma ligeira oscilação deste rácio em 2017 com uma descida de 8 pontos percentuais comparativamente ao 2016, fixando-se a execução nos 87%, evidenciando, ainda assim um grau de execução acima dos 85% definidos como valor de referência mínimo pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

A tabela seguinte apresenta a evolução percentual da execução dos capítulos da para o período 2015-2017:

Rubricas	2017	2016	2015
01 – Impostos diretos	99,31	89,81	99,64
02 – Impostos indiretos	87,81	55,10	61,35
04 – Taxas, multas e outras penalidades	94,04	106,38	64,95
05 – Rendimentos da propriedade	85,44	104,68	104,55
06 – Transferências correntes	99,25	95,72	89,77
07 – Venda de bens e serviços correntes	96,58	101,92	105,44
08 – Outras receitas correntes	3,46	25,00	33,21
09 – Venda de bens de investimento	76,25	0,00	20,58
10 – Transferências de capital	43,64	97,36	16,50
11 – Ativos financeiros	0,00	160,00	790,33
12 – Passivos financeiros	30,18	0,00	0,00
13 – Outras Receitas de Capital	0,00	1029,33	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	1096,02	1110,57	65,64

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita

2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

Rubricas	2017
01 – Impostos diretos	707.674,58
02 – Impostos indiretos	5.444,30
04 – Taxas, multas e outras penalidades	16.269,69
05 – Rendimentos da propriedade	418.293,06
06 – Transferências correntes	6.327.738,32
07 – Venda de bens e serviços correntes	587.062,80
08 – Outras receitas correntes	3.525,25
09 – Venda de bens de investimento	6.100,00
10 – Transferências de capital	702.869,64
11 – Ativos financeiros	0,00
12 – Passivos financeiros	95.464,23
13 – Outras Receitas de Capital	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	5.480,11
Total	8.875.921,98

Tabela 2 – Receita cobrada efetiva

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 01 – Impostos diretos, 10 – Transferências de Capital, 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes e a 05 – Rendimentos da Propriedade.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se descremina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.

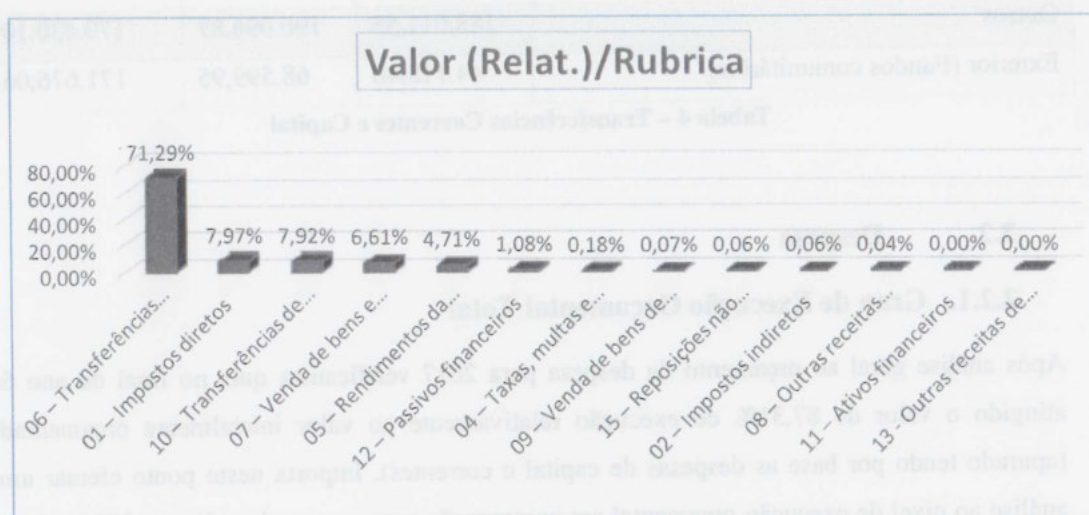


Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 98,50 % do total da receita cobrada.

Rubricas	2017
01 – Impostos diretos	7,97
05 – Rendimentos da propriedade	4,71
06 – Transferências correntes	71,29
07 – Vendas de bens e serviços correntes	6,61
10 – Transferências de capital	7,92
Total	98,50

Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa aproximadamente 79,21% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

Rubricas	2017	2016	2015
Transferências do orçamento do Estado	6.797.878,01	6.596.779,00	6.515.140,00
Outros	188.011,55	196.096,87	170.430,10
Exterior (Fundos comunitários)	44.718,40	68.599,95	171.676,06

Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital

2.2. Despesa

2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2017 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 87,31% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2016 e 2015, utilizando para o efeito a figura seguinte:

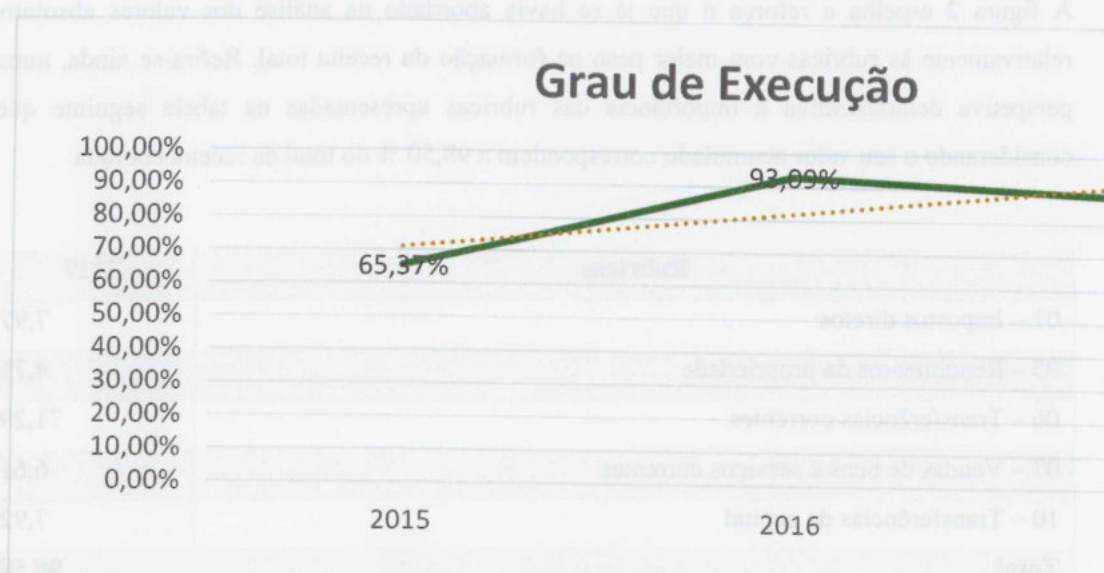


Figura 3 – Grau de Execução

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores, registando em 2017 uma percentagem de execução muito semelhante ao ano de 2016.

Importa salientar o valor de execução em 2017 de 87,31% evidenciando a eficiência no dimensionamento do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

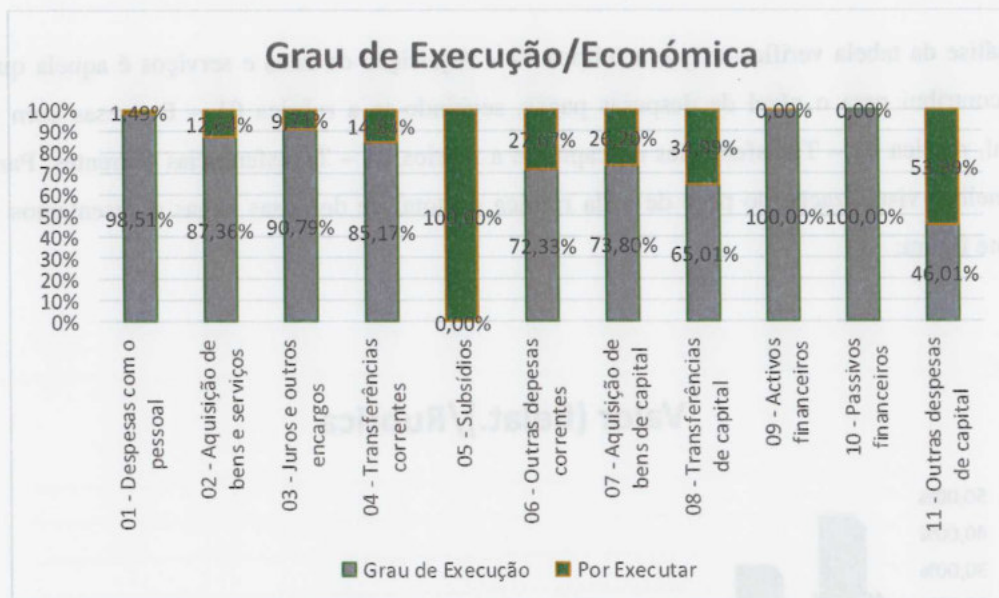


Figura 4 – Grau de Execução (Económica)

2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

Handwritten signature

Rubricas	2017
01 - Despesas com o pessoal	2 457 453,83
02 - Aquisição de bens e serviços	3 610 525,12
03 - Juros e outros encargos	87 717,85
04 - Transferências correntes	1 110 508,32
05 - Subsídios	0,00
06 - Outras despesas correntes	38 461,38
07 - Aquisição de bens de capital	1 023 250,43
08 - Transferências de capital	290 525,39
09 - Ativos financeiros	72 570,00
10 - Passivos financeiros	253 492,60
11 - Outras despesas de capital	3 408,81
Total	8 947 913,73

Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas

Da análise da tabela verifica-se que a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 01 – Despesas com o pessoal, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

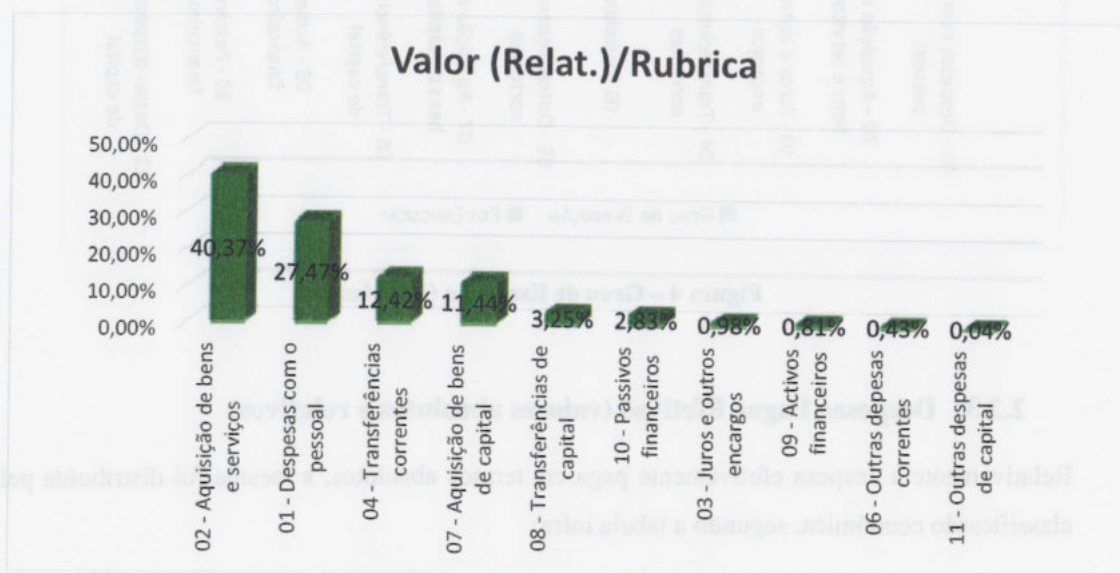


Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 6 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 02, 01, 07 e 04 correspondem a 91,70% do total da despesa paga, encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

2.3. Grandes Opções do Plano

2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2017 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se os seguintes gráficos, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.

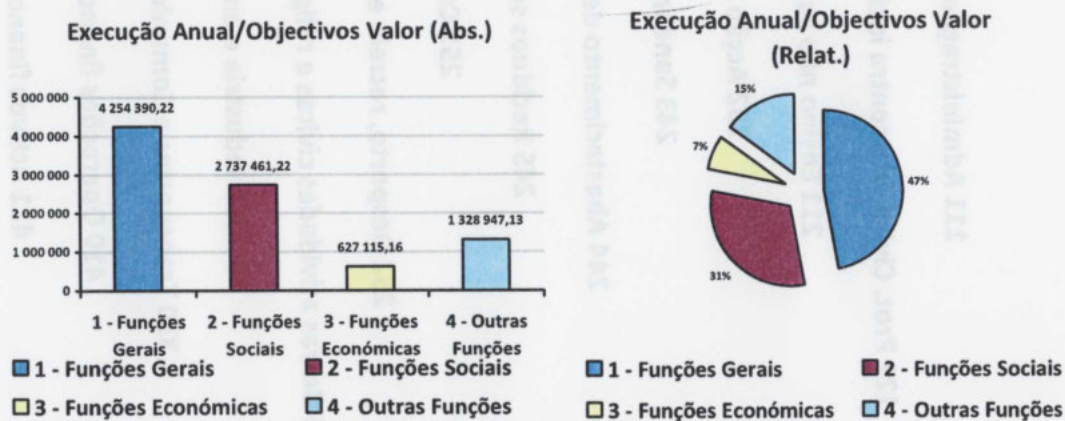


Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)

Da análise das figuras supra verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para as Funções *Gerais* e *Funções Sociais* que absorvem cerca de 47% e 31%, respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2017 (GOP 2017), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

Montante Executado/Funções/Programa

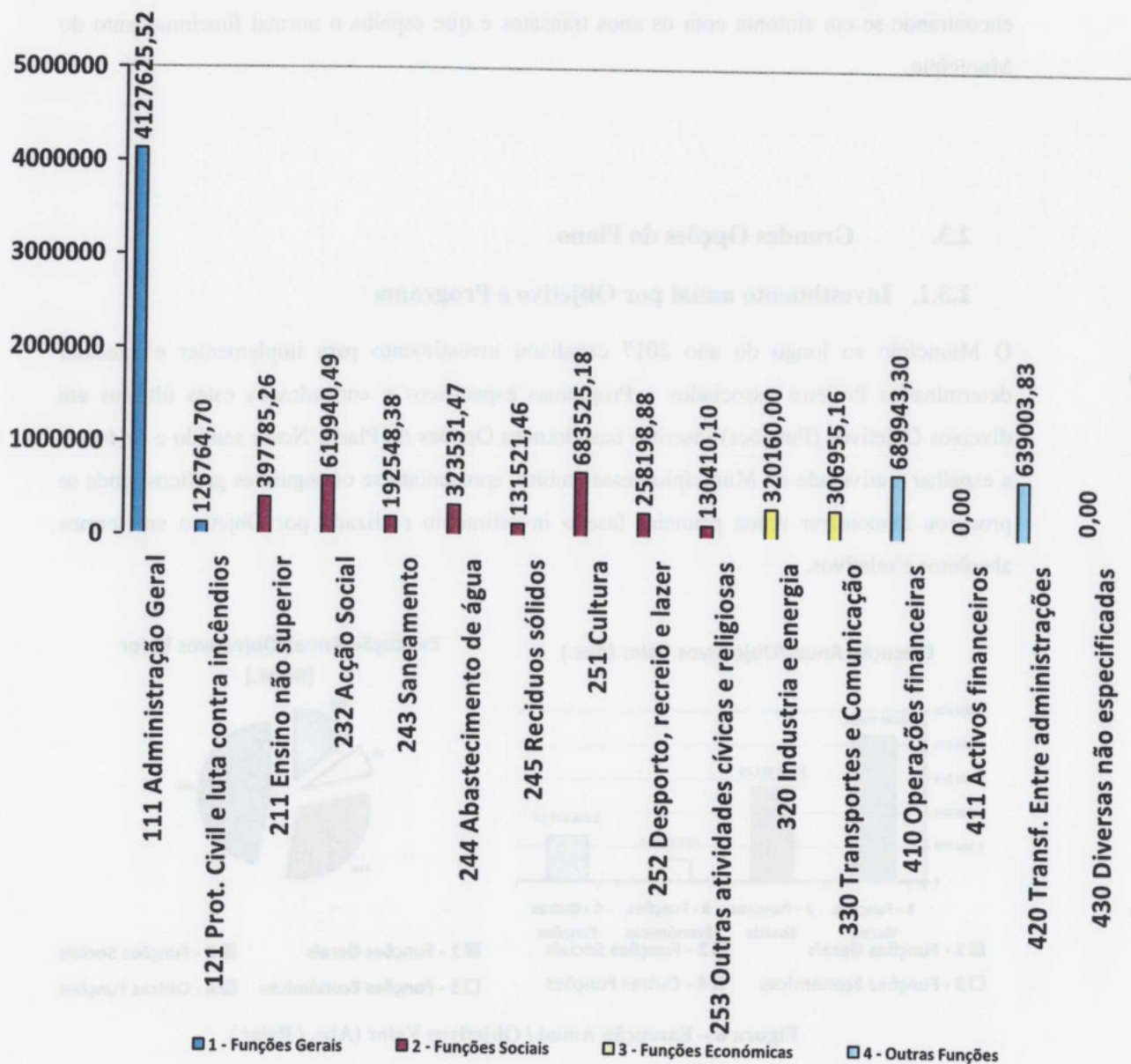




Figura 7 – Montante Executado / Funções / Programa

Observando a figura 8 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais 2 – *Funções Sociais* e 1 – *Funções Gerais* distribuído pelos programas apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 78% do montante total executado nas GOP 2017.



Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma, importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral 1 – *Funções Gerais* deparamo-nos com o Programa com maior expressão 111 – *Administração Geral*, o valor aí inscrito corresponde às despesas com o pessoal, Aquisições de bens e serviços correntes, e Despesas de investimento.

Analisando o objetivo geral 2 – *Funções Sociais* verificamos que o programa 251 – *Cultura* apresenta maior expressão justificado por programas/ações de incentivo e iniciativas/eventos de carácter cultural, seguidamente surge o programa 232 – *Ação Social* que se pode justificar entre outros com os montantes gastos com o Cartão de Saúde Municipal, Programa de Incentivo a Natalidade e Cartão dentista Figueira Saudável.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral 3 – *Funções Económicas* nomeadamente aos programas 320 – *Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Regeneração Urbana e à Mobilidade Urbana Sustentável da Av. 25 de Abril, entre outros.

2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e, como tal, um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise, sendo, contudo, importante no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração Geral	93,12%
	121 - Proteção civil e luta contra incêndios	100,00%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	90,52%
	232 - Ação Social	94,49%
	243 - Saneamento	80,72%
	244 - Abastecimento de água	80,00%
	245 - Resíduos sólidos	66,71%
	251 - Cultura Natureza	84,08%
	252 - Desporto, recreio e lazer	83,23%
	253 - Outras atividades cívicas e religiosas	90,33%
3 - Funções Económicas	320 - Indústria e energia	79,21%
	330 - Transportes e Comunicações	78,33%
4 - Outras Funções	410 - Operações financeiras	96,39%
	412 - Passivos Financeiros	0,00%
	420 - Transferência entre administrações	68,31%
	430 - Diversas não especificadas	0,00%

Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Torna-se claro, através de uma breve análise que o grau de execução apresenta níveis elevados revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2015 e 2016, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

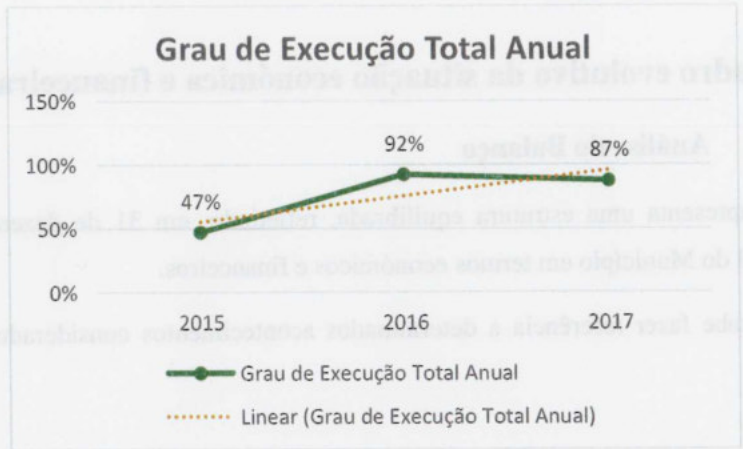


Figura 8 – Grau de Execução Total Anual

Comprova-se com a análise do gráfico apresentado aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma execução bastante elevada tal como verificado no ano transato determinado por um bom dimensionamento dos documentos previsionais iniciais.

3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo, em 31 de dezembro de 2017, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

3.1.1. Ativo

3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal

A conta 412 mantém o saldo a débito de 507.999,32€ correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.



De acordo com o que foi referido no Relatório de Gestão de 2016 foi efetuado durante este ano a terceira realização desse capital no montante de 72.570,00€, perfeitamente identificado na conta de terceiros 268127.

De referir que a realização será de 72.570,00€ por ano, em duas prestações anuais a ocorrer em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2020, correspondendo a 2021 a valor de 72.579,32€.

3.1.1.2. Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.

No decurso do exercício de 2017 foi concluído o processo de liquidação e dissolução da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M, sendo os seus ativos, passivos e Capitais Próprios sido incorporados nas contas do município.

Assim sendo, a conta 268291 – Transferências Correntes foi regularizada durante o ano de 2017, apresentando um valor nulo no final do ano:



3.1.2. Passivo

3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos

Foi regularizada em 2017 a totalidade da provisão refletida na conta 2921 – Processos Judiciais em Curso no valor de 1.009.360,92€ e na conta 2928 – Outros riscos e encargos no valor de 181.157,56€, uma vez que foi efetuado um acordo de pagamento com a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A., pelo que o valor anteriormente registado como provisões está agora refletido como dívida a pagar de Curto Prazo e de Médio e Longo Prazo.

No decurso do ano foi registado na conta 2928 – Outros riscos e encargos o montante de 231.048,60€ referente ao reconhecimento da responsabilidade, estimada, que resultará do desfecho dos processos judiciais em curso, e que são autoras as entidades Biosfera, Construções Unipessoal, Lda e BIU – Construções, Lda e Réu este Município.

3.2. Demonstração de Resultados

No ano de 2017 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido negativo de 491.686,97€ o que contrasta com o valor positivo de 517.253,49€ alcançado no ano 2016. Esta variação pode ser explicada desde já pela variação dos resultados operacionais que abordaremos mais à frente. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

3.2.1. Custos e Perdas

3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas

O valor constante na conta 61 diz respeito maioritariamente ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

3.2.1.2. Provisões do Exercício

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de provisões do exercício – 67 apenas de referir que foi efetuado uma reforço de provisões de 24.028,16€ proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 6 meses e de 231.048,60€ relativas a provisões para riscos e encargos que corresponde essencialmente ao reconhecimento da responsabilidade

estimada que resultará do desfecho dos processos judiciais em curso, e que são autoras as entidades Biosfera, Construções Unipessoal, Lda e BIU – Construções, Lda e Réu este Município.

3.2.1.3. Custos e Perdas Extraordinárias

O valor da conta 69 substancialmente superior ao registado em 2016 apresentando uma variação absoluta de 190.522,92€ justificado por um aumento nas rubricas de transferência de capital concedidas e de correções efetuadas a exercícios anteriores.

3.2.2. Proveitos e Ganhos

3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços

Relativamente a esta rubrica não existem variações significativas a considerar, estando os valores em sintonia com os registados em 2016.

3.2.2.2. Impostos e Taxas

A conta 72 – Impostos e Taxas apresenta um valor ligeiramente superior ao registado em período homólogo, não sendo, contudo, relevante para ano.

3.2.2.3. Proveitos e Ganhos Extraordinários

O valor da conta 79 apresenta um valor superior ao verificado em 2016 justificado principalmente pelo aumento de outros proveitos e ganhos extraordinários.

4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

4.1. Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida mantém uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos fruto das amortizações normais efetuadas durante o ano 2016. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

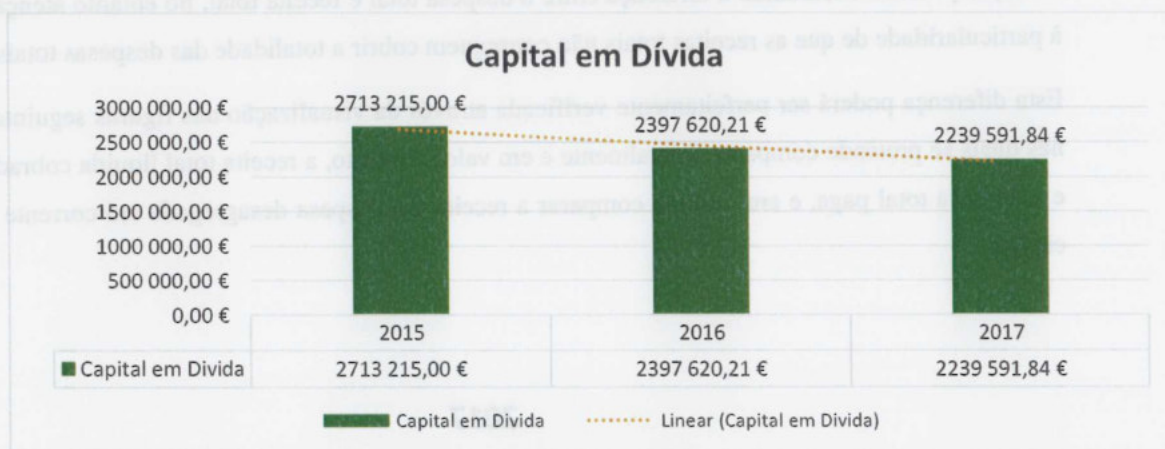


Figura 9 – Capital em Dívida

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, no entanto faz ainda parte do passivo do Município o valor de 74.754,82€ correspondente a dois contratos de Leasing que tem vindo a ser amortizada segundo as condições particulares específicas de cada contrato.

4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respetivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2016	2017
Cobertura das despesas pela receita	0,963	0,992
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,898	0,906
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	2,609	2,043
Peso da despesa total na receita total	1,038	1,01

Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma variação positiva encurtando a diferença entre a despesa total e receita total, no entanto atenção à particularidade de que as receitas totais não conseguem cobrir a totalidade das despesas totais.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

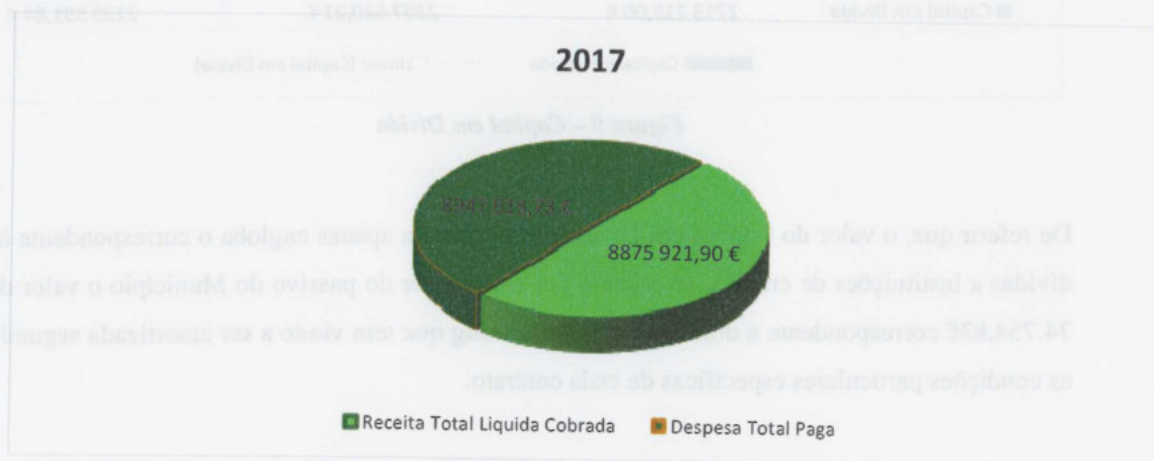


Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga

Phangy

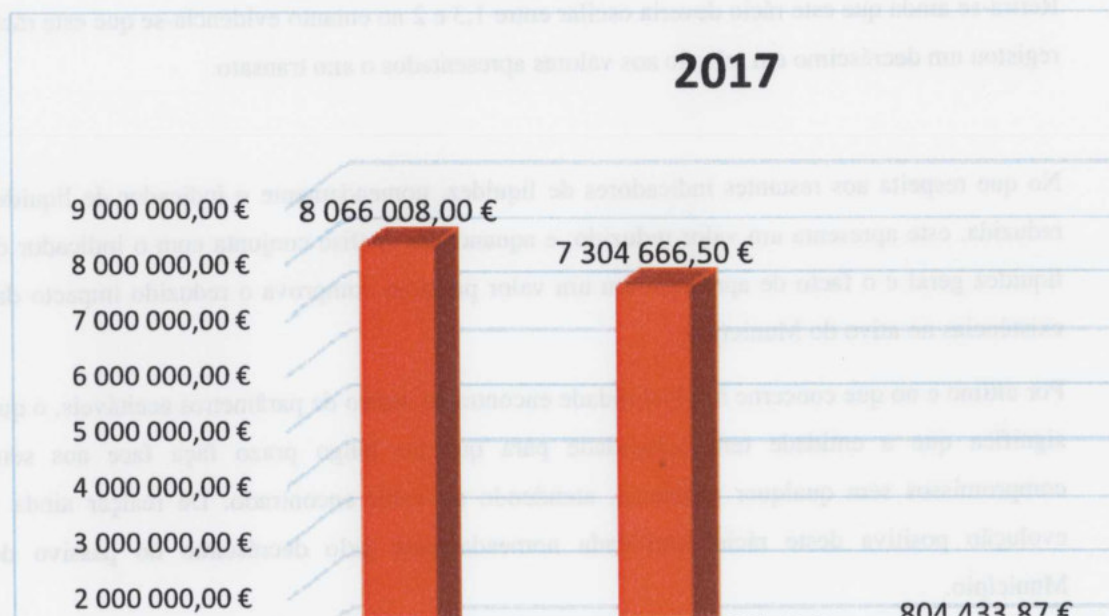


Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)

4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	2016	2017
Liquidez geral	0,676	0,164
Liquidez reduzida	0,652	0,156
Liquidez imediata	0,275	0,117
Solvabilidade	1,611	1,652

Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação significativa em relação ao ano transato, fundamentalmente devido ao aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, por força da celebração do acordo de pagamento com a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A..

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dívidas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dívidas a terceiros) obrigando o Município a consignar exigível de curto prazo a ativo de longa duração.

Handwritten mark

Handwritten signature

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 no entanto evidencia-se que este rácio registou um decréscimo em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor reduzido, e aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado. De realçar ainda a evolução positiva deste rácio justificada nomeadamente pelo decréscimo do passivo do Município.

4.3.2. Indicadores de natureza financeira

Indicador	2016	2017
Liquidez geral	0,678	0,164
Liquidez reduzida	0,431	0,158
Liquidez imediata	0,273	0,117
Solvabilidade	1,811	1,632

Tabla 2 - Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação significativa em relação ao ano transato, fundamentalmente devido ao aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, por força da celebração de acordo de pagamento com a empresa Águas do Vale do Tejo.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Manobra é menor que zero no transato, quer isto dizer que os capitais circulares (disponibilidades) dívidas de terceiros e existências são cobertos o exatidão de curto prazo (dívidas a terceiros) obrigando o Município a conseguir exatidão de curto prazo a nível de longo prazo.

Phang

2. Proposta de aplicação de remédios

Na aplicação de remédios líquidos do exercício de 2018 em conta o disposto no parágrafo 1.º da Lei 10/2015, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei 182/2011, que menciona a obrigatoriedade de aplicação de remédios em que o seu valor considerável correspondente a 30% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do patrimônio líquido superior àquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transferidos.

François de Castro Rodrigues, 10 de abril de 2018

O Presidente do Conselho

(Francis José Gomes Laguarda)

5. Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162 abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do património já é superior aquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 16 de abril de 2018

O Presidente da Câmara



(Paulo José Gomes Langrouva)